

## NEIM e MST: CONSTRUÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA DE LUTA DAS MULHERES RURAIS

Maria de Lourdes Novaes Scheffler<sup>1</sup>  
Silvia Lúcia Ferreira<sup>2</sup>  
Eliana do Sacramento de Almeida<sup>3</sup>

### RESUMO

A articulação entre teorias e práticas, que fundamentam a organização das lutas pela igualdade de gênero no meio rural, serviu de lastro para a construção destas reflexões, que têm por objetivo resgatar aspectos do Feminismo Rural Baiano, para evidenciar a participação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) na construção dessa trajetória. As reflexões aqui apresentadas foram construídas a partir das experiências das pesquisadoras, ocorridas nos Acampamentos de Mulheres Rurais, promovidos pelo Movimento de Trabalhadores Sem Terra – MST, entre 2000 e 2009, com dados coletados a partir de arquivos do NEIM, do MST Estadual e de acervos pessoais das pesquisadoras. Coube, pois, ao NEIM disseminar entre as participantes dos Acampamentos, um conhecimento feminista que contribuiu para a compreensão de questões do cotidiano, relacionadas à violência, à saúde, ao trabalho dentre outras.

**Palavras-chave:** Acampamentos de Mulheres Rurais, MST, NEIM/UFBA, Articulação teoria e *práxis* feminista.

### ABSTRACT

The articulation between theories and practices, which underlie the organization of struggles for gender equality in rural areas, served as ballast for the construction of these reflections, which aim to rescue aspects of Rural Feminism in Bahia, Brazil participation of the Center for Interdisciplinary Studies on Women (NEIM) in the construction of this trajectory. The reflections presented here were constructed from the experiences of the researchers, which occurred in the Rural Women's Camps, promoted by the Landless Workers Movement - MST, between 2000 and 2010, with data collected from NEIM archives, and personal collections of researchers. It was therefore up to NEIM to disseminate among the participants of the Camps, a feminist knowledge that contributed to the understanding of everyday issues related to violence, health, work and others.

**Keywords:** Rural Women's Camps, MST, NEIM/UFBA, Articulation theory and feminist praxis.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1972), mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (2002) e doutorado em Ciência Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2011). Atualmente é pesquisadora associada do NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinar Sobre a Mulher, pesquisadora associada da Rede Regional Norte Nordeste de Estudos e Pesquisa Sobre Mulher e Relação de Gênero, técnica pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Geografia dos Assentamentos Rurais e técnica pesquisadora do Grupo de Agricultura Familiar da UFBA

<sup>2</sup> Professora Titular da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Doutora em Enfermagem. Fundadora, Pesquisadora e Líder de Pesquisa do GEM - Centro de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres, Gênero, Saúde e Enfermagem. Coordenadora e Pesquisadora do NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Coordenadora da Incubadora Social Feminista Antirracista Norte-Nordeste e Amazonia Legal/INCT Caleidoscópico.

<sup>3</sup> Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia. Doutoranda em Enfermagem e Saúde (PPGENF/UFBA). Coordenadora e pesquisadora do Laboratório de História e Cultura Afro-Brasileira e Currículo Mariinha Rodrigues (LahAfro). Membro do Grupo de Pesquisa GEM - Saúde das Mulheres, Enfermagem, Gênero, Raça e Etnia (UFBA). Pesquisadora da Incubadora Social Feminista Antirracista Norte-Nordeste e Amazonia Legal/INCT Caleidoscópico.

As mulheres querem se reaproximar dos fragmentos dessa (sua) história sem memória, não para cristalizá-los e fabricar novas múmias, mas para que estejam presentes na nossa consciência e nas nossas práticas cotidianas, para que façam parte da nossa revolta, nossas experiências, nossos sonhos. (SARDENBERG E COSTA, 1994, p. 387).

## **Palavras Introdutórias**

O texto em epígrafe foi transcrito do artigo de Sardenberg e Costa (1994, p. 387), para melhor ilustrar a intenção do presente trabalho. Nele buscamos recuperar as lutas iniciais do NEIM pela disseminação do feminismo no Estado da Bahia, em seu esforço militante para além dos muros da academia. Esta militância que percorreu diferentes contextos urbanos, estendeu-se pelos campos baianos, pela via dos Acampamentos das Mulheres Rurais, promovidos pela Coordenação do Estadual do Movimento de Trabalhadores Rurais do MST, aqui compreendida como uma das estratégias fundamentais para este fim.

Nos relatos aqui presentes busca-se, sobretudo, primeiro, evidenciar que os avanços das mulheres que hoje vimos acontecer e até mesmo naturalizamos, não aconteceram por acaso, espontaneamente, como resultante do avanço histórico da sociedade, mas resultam de um longo e difícil processo de embates e lutas, iniciadas ainda na década de 1990, envolvendo lideranças, mulheres do MST, voluntárias de inúmeras instituições e entidades do Estado da Bahia, em permanente luta pela transformação das condições de vida das mulheres, sob a Coordenação Pedagógica de pesquisadoras do NEIM. Como segunda intencionalidade, espera-se o prosseguimento sem trégua desta luta e que as mulheres estejam sempre alertas – atentando o que bem nos lembra a saudosa autora do texto em pauta – avançar em seu processo de consciência para que suas práticas e experiências se façam carregando sempre o germe da revolta!

## **Introdução**

Desde sempre, na luta das mulheres pela superação das desigualdades de gênero e conquista de uma cidadania plena, o NEIM esteve na defesa de uma estreita vinculação

entre a teoria e a *práxis*, argumentando que estas dimensões se encontram intimamente ligadas, alimentando-se mutuamente. Desta forma, suas preocupações acompanharam o avanço do campo de Estudos feministas na academia ou o que chamou de institucionalização da *práxis* feminista na academia, que podem ser assim sintetizadas:

a) na conquista e legitimação de um espaço de reflexão e ação específicos; b) a disseminação da produção de conhecimentos e incorporação de uma perspectiva feminista de gênero na produção e transmissão dos saberes científicos [...] c) as contribuições e perspectivas dessa *práxis* para o avanço do projeto feminista na sociedade mais abrangente e, em partícula e, na transformação do cotidiano da própria vida acadêmica (SARDENBERG E COSTA, 1994, p. 388).

Por outro lado, atentando sempre para o desenvolvimento do Projeto Feminista, como um campo legítimo de conhecimento, o NEIM via com preocupação o distanciamento entre os movimentos sociais e a produção teórica acadêmica, indicando a necessidade de aproximação entre estas instâncias, sob pena de ocorrer a total despolitização dos denominados Estudos de Gênero. Ainda que as práticas políticas dos movimentos sociais e as práticas teórico-metodológicas de natureza científica, tratadas na academia, sejam bem distintas, essas instâncias não poderiam atuar totalmente em separado. Ambas se constituem espaços de produção de conteúdo que se interdependem: os Movimentos Sociais repassam as experiências e vivências ocorridas no cotidiano das mulheres urbanas e rurais, e os núcleos/grupos de pesquisa, como locais privilegiados de produção e aprofundamento dos conhecimentos se conectam, para o avanço das discussões sobre a problemática das mulheres e das relações de gênero. Assim se produzem novos pensamentos e mudança de atitudes, bem como uma nova maneira da sociedade brasileira se ver e perceber o seu desenvolvimento.

Assim como outros núcleos de estudos, o NEIM percebeu que o conceito de gênero começou a circular sem ser plenamente compreendido, tanto na academia como fora dela. Entendido, de maneira geral, como um substitutivo de mulher – esta, o principal móvel das reivindicações, foi tornada invisível. O gênero, passou a compor as pautas dos sindicatos, associações e movimentos populares e outros setores sociais, dentro da estrutura formal do Estado e, mesmo no âmbito do movimento feminista, a mulher foi invisibilizada.

Mais que a simples reposição da nomenclatura, significava apreender teoricamente o significado relacional implicado no termo e, assim, uma forma de construir na prática política novas relações de gênero. Significava, em outras palavras, se afastar do entendimento e da leitura estritamente academicista para se acercar cada vez mais do dia a dia das mulheres, em busca da compreensão ou a (re)politização do conceito segundo suas vivências e experiência.

Na academia, o conceito de gênero surgiu, para uma significativa parcela de cientistas conservadores, como um termo muito mais digerível, que se prestava a encobrir o real significado dos estudos feministas e das lutas pela transformação da condição feminina, sem a identificação explícita com o feminismo. Esses equívocos e dificuldades de entendimento do conceito de gênero produziram a despolitização do feminismo, tendo em consequência um forte viés androcêntrico que, além de invisibilizar a mulher, indicava uma tendência generalizada às divisões e assimetrias de gênero.

Dessa forma, as preocupações do NEIM com a transformação da condição social da mulher incluíam desde resistências que se reproduziam em todos os níveis, seja na produção, seja na transmissão dos saberes, como em todas as práticas científicas e na vida social, em geral. Assim, a colaboração com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, articulando teoria e práxis mostrou-se uma possibilidade de aproximação entre o NEIM e os movimentos sociais. Permitiu, por um lado, o entendimento por parte deste Núcleo do cotidiano das mulheres rurais e sobre os principais problemas que lhes afetavam e, por outro lado, por parte destas a assimilação e a correlação dos conceitos introduzidos pelo NEIM durante todo o processo de aprendizagem, oportunizado pelos Acampamentos de Mulheres Rurais.

Os Acampamentos eram constituídos além das lideranças, de mulheres rurais ocupantes de terras, acampadas em ocupações provisórias, vivendo em geral sob lonas pretas e assentadas, em áreas reconhecidas legalmente ou em processo de reconhecimento pelo Estado. Diferentes estudos têm observado que as mulheres acampadas vivenciavam o momento de maior autonomia, liberdade e compartilhamento entre os sexos (isso reconhecido pelas próprias mulheres); quando passam a viver oficialmente nos assentamentos, retomam o sentido de propriedade, os valores patriarcais e as próprias mulheres endossam essa ordem social de gênero.

Com o slogan “MULHER NASCEU PARA BRILHAR E SER FELIZ”, retratado em faixa afixada durante o primeiro acampamento em 2000, o Movimento de Mulheres enfatiza o objetivo principal do feminismo, e aqui mais especificamente da luta das mulheres trabalhadoras rurais, que se refere ao direito de viver e ser feliz, ou seja, de ter seus direitos respeitados e de ser livre de qualquer tipo de opressão (Figura 1).

**Figura 1** - Reunião de Mulheres durante o I Acampamento de Mulheres, Salvador-BA, 2000.



**Fonte:** Arquivos GeografAR, 2000.

Os Acampamentos representaram, pois, para o NEIM a possibilidade de um maior entendimento sobre o conteúdo e a qualidade das lutas das mulheres rurais na transformação da sua posição social, compreendendo, conforme Cecília Sardenberg e Ana Alice Costa (1994, p. 400) que:

[...] contribuir para a formação de uma consciência crítica feminista requer para além de ‘boas intenções’ uma reflexão profunda dos fatores diversos geradores da opressão e da exploração em nossa sociedade, assim como de outros aspectos da dinâmica das relações de gênero. Requer também um conhecimento da trajetória de lutas, conquistas e questões relativas ao movimento de mulheres, capaz de fornecer dados efetivos para que as mulheres possam atuar criticamente e se engajar nessas lutas (SARDENBERG; COSTA, 1994, p. 400).

Pouco a pouco essas mulheres foram ocupando os seus espaços e, a partir da década de 1990, vêm afirmando a presença feminina e incorporando as discussões de gênero. Estas mulheres passam a se reconhecer enquanto Trabalhadoras Sem Terra e

[...]desenvolvem estratégias de luta, como: a participação em Comissões, a criação de um Coletivo de Gênero, a participação nos espaços de formação do Movimento, a reivindicação de inscrição do debate de gênero em todos os processos formativos, a inclusão de reivindicações de interesse da mulher nas pautas de negociação, a criação de uma política de cotas para a ocupação com equidade de homens e de mulheres nas instâncias de direção, para afirmarem uma identidade outra para si (ESMERALDO, 2007, p. 266).

A partir do reconhecimento, pelo próprio MST, das desigualdades e da discriminação da mulher na sociedade e no campo, tanto ao nível de sua inserção econômica quanto na esfera política, evidencia-se a necessidade de pensar os processos de organização social e as intencionalidades pedagógicas do Movimento que deverão estar articuladas com as problemáticas do campo, incluindo-se aqui a opressão e exploração das mulheres trabalhadoras rurais (ARAÚJO, 2011; SABIA; BRABO, 2019).

Corroborando com este pensamento, Araújo (2011) nos remete ao ponto que um projeto tão grandioso deve se desenvolver nas esferas sociais, afetivas e cognitivas e não deve ficar restrito ao assentamento e à sala de aula, mas deve envolver uma “compreensão da dimensão formadora fora da escola, no trabalho produtivo, nas lutas, assentamentos e acampamentos, nas diversas práticas sociais e na estrutura organizativa do Movimento” (ARAÚJO, 2011, p.93).

## **Articulação Entre Academia e Movimentos Sociais: NEIM e MST na Construção do Feminismo Rural na Bahia**

Neste ano de 2023, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM completou 40 anos! Muito mais do que uma comemoração, representa quatro décadas de feminismo. O NEIM foi criado em 1983, em um momento em que eclodiram inúmeros núcleos de estudos em vários estados do Brasil. Este é um momento de profundas reflexões e transformações das abordagens sobre questões específicas à condição feminina em várias partes do mundo, marcado pela introdução de gênero que passa a ser a principal categoria de análise, em substituição à denominação anterior dos núcleos, até



então identificados como núcleos da mulher. Formado inicialmente por um pequeno grupo de professoras e alunas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, muitas oriundas do Grupo Feminista Brasil Mulher, o NEIM logo passou a contar também com a participação de docentes vinculados a outras unidades de ensino e pesquisa da UFBA.

Desde a primeira década de funcionamento, o NEIM dedica-se a um intenso ativismo político em articulação com movimentos sociais, atuando para a criação de espaços de poder para as mulheres. A articulação regional com a criação da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), criação de novos espaços de pesquisa feminista e de formação de uma massa crítica dentro e fora das universidades públicas, foi a sua marca.

Portanto, nos anos 2000 começa a atuar também junto ao governo baiano para consolidar vários projetos políticos: atuou junto à Superintendência de Recursos Hídricos (SRH), do Governo do Estado da Bahia e Banco Mundial com o “Programa de Valorização da Mulher na região da Barragem de Ponto Novo” como parte das atividades do Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos (PGRH), implantado no Reassentamento de Ponto Novo, em 03 (três) comunidades rurais do entorno da Barragem de Ponto Novo, visando sensibilizar mulheres e homens para promoção social das mulheres da região.

Assim, inaugurou outra vertente de atuação, criando e consolidando o feminismo rural na Bahia. Com uma perspectiva de troca e benefício mútuo, ou seja: por um lado, o NEIM, (como instância acadêmica) se responsabilizando pela formação de mulheres rurais, repassando-lhes conteúdos específicos que irão alimentar a organização de mulheres na luta pela transformação da sua condição social subalterna, inclusive na estrutura do MST; por outro lado, os Movimentos Sociais, em particular, os movimentos de mulheres rurais apresentando e discutindo suas experiências e problemas vivenciados no dia a dia, tentando melhor entender suas origens e causas à luz dos ensinamentos teóricos apreendidos. Tudo isso compreendido, naturalmente, como parte de um projeto transformador mais amplo – o projeto feminista que só poderá ser concretizado através dos diferentes movimentos sociais de mulheres. Assim se faz a aproximação teoria e práxis, uma troca necessária, envolvendo lideranças e mulheres participantes dos diferentes movimentos populares, além de militantes e pesquisadores/as feministas em uma profícua troca ao longo do período de 2000-2009 reservado aos Acampamentos.

Atualmente, o NEIM dispõe de uma equipe de mais de 25 pessoas, incluindo professoras pesquisadoras, pesquisadoras associadas, bolsistas, estagiárias/os, e pessoal técnico-administrativo. Hoje o Núcleo é reconhecido pela sua competência, tanto no âmbito nacional quanto internacionalmente, destacando-se dentre os principais centros de ensino e pesquisa na área dos estudos sobre a mulher e as relações de gênero do país.

## **Mulher E Gênero: Resistências E Dificuldades Iniciais De Assimilação Dos Conceitos**

Sem dúvida, o NEIM se constitui em um espaço privilegiado dedicado à troca, produção e aprofundamento de questões teórico-metodológicas sobre a problemática da condição social da mulher e das relações de gênero na sociedade brasileira. Este despontar, entretanto, tem sido pontuado por sérios entraves, resistências, descontinuidades e dificuldades de toda natureza, desde internamente, no próprio contexto acadêmico, como fora dos muros da academia, nos diferentes espaços sociais, urbanos e rurais.

Desde o momento de sua criação, Sardenberg e Costa (1994, p. 392) não hesitam em mostrar as dificuldades enfrentadas pelos Núcleos, cujas trajetórias, em geral, eram marcadas por um processo de lutas em diferentes frentes de batalhas, que passam principalmente pela necessidade de reafirmar, constantemente, a legitimidade científica da ‘questão da mulher’ e seus desdobramentos, enquanto objeto de análise. Além da ausência de incentivos financeiros restringindo a ampliação dos estudos.

O envolvimento do NEIM nos Acampamentos de Mulheres Rurais, iniciados em 1998, trouxe anualmente por mais de quinze anos para Salvador mais de 1000 mulheres que permaneciam por uma semana em Salvador, capital do Estado da Bahia. A Figura 2 retrata a Marcha das Mulheres no Largo do Campo Grande durante o VI Acampamento no ano de 2006. A convivência entre NEIM e MST Movimento foi marcada inicialmente por muitas resistências, advindas do próprio comando do movimento que, embora autorizasse e acatasse a organização dos Acampamentos, mantinha uma posição crítica em relação a esta abordagem.



**Figura 2** – Marcha das Mulheres Trabalhadoras Rurais, VI Acampamento de Mulheres, Largo do Campo Grande, Salvador-BA, 2006.



**Fonte:** Arquivo do NEIM.

As análises de Paulilo (2004) mostram que, por um lado, as críticas ao conceito de gênero estão baseadas em uma forte postura marxista que teme que o conceito de classe acabe por se diluir entre as inúmeras diferenciações: gênero, etnia, raça, religião e outras. Ainda segundo essa autora, a aceitação dessa abordagem deriva do fato de se conceber Mulher e Gênero como conceitos que se equivalem e que, portanto, não se deve dividir a luta. Nesses Acampamentos as mulheres eram divididas espontaneamente em grupos (que elas escolhiam em função da temática do seu interesse a ser discutida) e para participar de oficinas ministradas pelos voluntários das diversas instituições participantes.

Neste período são organizadas inúmeras oficinas onde se ouvem e discutem depoimentos, relatos e avaliações. Os conteúdos relativos às vivências e experiência cotidianas, são objeto de análise, reflexão crítica e possível transformação, conforme previsto no Projeto Feminista, defendido pelo NEIM. As oficinas adotaram uma

perspectiva de pesquisa-intervenção<sup>4</sup>, através de um plano de fazer compartilhado, rompendo assim com a relação hierárquica entre saber e fazer. Buscou-se então, evidenciar o fazer coletivo, em uma proposta de espaço comum que permite o encontro dos participantes com um modo de organização específico (ARALDI, PICCOLI, DIEHL, TSCHIEDEL, 2012; KROEFF, BAUM, MARASCHIN, 2016).

As oficinas eram realizadas com mulheres que nunca tinham pensado ou discutido tais questões, visto que inicialmente os problemas apresentados eram tratados pelo Movimento como “Coisa de Mulher” ou assuntos a serem resolvidos internamente pelos grupos, e que não mereciam qualquer atenção especial. Desde a sua criação, a Comissão Nacional de Mulheres do MST reivindicou a organização de grupos de Mulheres no Movimento, mas este fato só se concretizou a partir de 1989, quando foram definidas as Normas Gerais do MST. Tais Normas incluíam um capítulo sobre as Mulheres, sugerindo sua articulação e destacando “A Luta contra todas as formas de discriminação e contra o Machismo”. Além disso, apontava a necessidade de organizar uma Comissão de Mulheres em nível nacional, responsável pelas políticas propostas para o Movimento (MST, 1989).

Desde as pressões para incorporação das mulheres junto às instâncias decisórias do MST, o NEIM sabia que teria que enfrentar inúmeras restrições e barreiras culturais e ideológicas, que passam pela estrutura sexista e androcêntrica do MST. Essa estrutura concentra o arcabouço teórico-ideológico que dá sustentação e fundamenta a organização e a continuidade das lutas desse movimento.

Sem dúvida, a explicitação do pensamento fundante, que dá continuidade e alimenta os objetivos das lutas do MST, restringem e limitam a efetiva participação das mulheres, devendo-se, pois, observar: 1) O MST foi construído para lutar pela Reforma Agrária e sua luta estava apoiada na perspectiva de classe, de luta pelo acesso à terra. Para esse Movimento, e seus dirigentes, esta perspectiva iria dividir a luta; 2) quem detinha o poder não iria outorgá-lo a outrem, logo, a participação das mulheres nas decisões, seja nas estruturas de comando, seja nas bases do Movimento, continuavam enfrentando obstáculos e barreiras, culturais, mantendo-se centralizadas, ou seja, mesmo a

---

<sup>4</sup> A pesquisa-intervenção, enquanto derivação da pesquisa-ação, combina investigação e ação social, apresentando um caráter político, ao passo que envolve pesquisadores e participantes na mudança da realidade da comunidade na qual se insere.

implementação de decisões aceitas e votadas nacionalmente, se mantinham no plano cartorial ou das formalidades; 3) o Movimento tem uma estrutura centralizada e androcêntrica, com disputas internas pelo poder.

A estruturação do Movimento encontra-se assim organizada: as bases do Movimento, constituídas pelos setores são formadas por assentados/as e acampados/as, definidas de forma centralizada, nos debates travados pelas coordenações estaduais e nacionais, com quem estabelecem uma permanente vinculação. Acima dos setores encontra-se a Coordenação Nacional, composta por representantes dos Estados e uma Direção Nacional, igualmente representada pelos estados. A instância máxima do Movimento são os Congressos Nacionais, (realizados a cada 05 anos) onde é definida a linha de atuação em comum que conduzirá os debates realizados anualmente, responsável pela alimentação das práticas nos contextos específicos. Nesses Encontros Anuais são estabelecidas as prioridades e diretrizes do Movimento nos Estados e regiões/territórios, adequando-as às demandas de cada realidade.

Nos anos de 1990, foi criado o Coletivo Nacional de Mulheres do MST. Em 1993, o Artigo 45 do Documento Básico do MST, refere-se textualmente à invisibilidade e à baixa participação das mulheres, sugerindo considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero (MST, 1993).

Cumprir observar que na passagem do acampamento (moradia provisória, embaixo da lona) para o Assentamento, verifica-se o recuo comportamental das mulheres nas relações de gênero. Nessa passagem, as mulheres retomam os valores patriarcais e conservadores e passam novamente a assumir a sua posição de ajuda da unidade familiar, considerando o chefe de família o único provedor, conformando-se com a hierarquização dos papéis e posições entre homens e mulheres.

Sustentamos que o avanço da participação das mulheres no MST é fruto de discussões que têm motivado a organização e pressão interna desse segmento social, produzindo alterações na denominação da organização das mulheres que refletem os encaminhamentos da problemática das relações de gênero no Movimento. Em um primeiro momento, o Movimento criou o Coletivo Nacional de Mulheres do MST, seguido do Coletivo Nacional de Gênero do MST e, finalmente, o Setor Nacional de Gênero. Tais alterações, ocorridas na segunda metade da década de 1990, não só levam

as marcas das experiências das mulheres, como sugerem, em algum momento, uma maior abertura dos homens nos diferentes espaços de poder do movimento.

Sem dúvida, o caminho trilhado pelas mulheres e a incorporação de novas visões e valores é um processo lento, difícil e contraditório, mas não é possível ignorar as transformações e avanços obtidos nestes mais de 30 anos de luta. De meras acompanhantes dos homens, (função observadas nas etapas iniciais do Movimento) aos questionamentos sobre a estrutura política centralizada com os homens, as mulheres do MST já galgaram inúmeros passos e ocuparam importantes espaços marcados por uma maior participação feminina nas instâncias de decisão do Movimento.

Em 1995, foi realizado o primeiro Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que reuniu mulheres de várias entidades diferenciadas onde foram discutidos direitos já conquistados pelas trabalhadoras urbanas (salário-maternidade, auxílio acidente de trabalho). Nesse Encontro, relatado pelo Jornal Sem Terra, de 1995, finalmente, gênero e classe apresentam-se como dimensões que se entrelaçam, sendo ambas necessárias à mudança política, ou conforme o enunciado “[...] esta combinação de luta é fundamental não só para a construção de novas relações de gênero, mas de um projeto de sociedade democrática e popular” (JORNAL SEM TERRA, 1995, p. 12).

Em 1996, é lançada a primeira cartilha organizada pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MST, sob o título de “A questão da Mulher no MST”. Nela são questionados aspectos não mais aceitáveis, como sejam as discriminações nos assentamentos e acampamentos, a sub-representação feminina e o distanciamento entre a teoria e a prática, além da valorização pelo próprio movimento que relega a segundo plano o trabalho com e sobre as mulheres. Essa desvalorização inclui a formação das mulheres, bem como as interconexões entre gênero e luta de classes. Nesse ponto cabe salientar que, para o Coletivo Nacional de Mulheres, as questões de gênero são agora vistas como um fenômeno que se sobrepõe às “questões das mulheres”. Sob essa visão, as “questões de gênero” tratam de pautas que envolvem homens e mulheres. Isso significa que o gênero não mais substitui a categoria mulher. Esse entendimento indica a necessidade de que “todos os setores e instâncias do MST discutam e encaminhem concretamente a questão de gênero” (COLETIVO NACIONAL DE GÊNERO DO MST, 1996, p. 08).

A questão é que não se trata de substituir ou não a categoria mulher, mas de situar e analisar esta categoria em sua dimensão relacional, observando-se a dimensão do poder,

sem o que o conceito de gênero se apresenta totalmente despolitizado. Gênero é uma categoria relacional, que trata do poder e de compartilhamento do poder. Este poder não é concedido ou outorgado e sim conquistado, afirmado e reconhecido pelo outro.

A criação do Setor de Gênero na estrutura organizacional do MST, em 2000, ampliou e aprofundou a tarefa de debate, formação e luta pela construção de novas relações de gênero e com a natureza, de modo que ao impulsionar a transformação das relações político organizativas, da cultura, das condições econômicas e subjetivas, pretende-se fortalecer o projeto de Reforma Agrária Popular, feminista e antirracista.<sup>5</sup>

Em 2000, o Coletivo Nacional de Gênero do MST lança a Cartilha “Mulher Sem Terra” com temas para discussão em cada encontro, que seriam: Mulher e Luta de classes; Relações de gênero; Educar sem discriminar; Valores; Cultura e lazer nos Assentamentos e acampamentos; Mulher e Saúde; Mulheres e a Construção do projeto popular; Mulher e a Reforma Agrária (COLETIVO NACIONAL DE GÊNERO DO MST, 2000).

O Setor de Nacional Gênero é aprovado em 2002, emanando dele as definições da organização, bem como as relações entre as ocupações, os acampamentos e os assentamentos, além das reflexões suscitadas nas avaliações e encaminhamentos em nível nacional. Ainda no ano de 2002, durante o Encontro Nacional ocorrido em Belo Horizonte, foram aprovadas as linhas políticas do setor de gênero que incluem a paridade de gênero nos espaços efetivos de construção do Movimento, assegurando dentre outras questões a participação de 50% de mulheres e 50% de homens em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST (MST, 2021).

Em 2003, esse Setor elaborou a cartilha “Construindo novas relações de gênero: desafiando novas relações de poder”, onde são abordadas questões, tais como: gênero, feminismo, luta de classes e os significados do Dia Internacional da Mulher. Posteriormente, em 2005, ocorreu a efetivação da paridade de gênero com a provação da participação paritária das mulheres na Direção Nacional e demais instâncias (MST, 2021).

---

<sup>5</sup> Informações extraídas da página on-line do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/#setores>. Acesso em 16 out 2023.

## A Dinâmica Dos Acampamentos: O Que Queriam As Mulheres Do MST?

Durante a semana de 05 a 09 de março dos anos de 2000 a 2009 a UFBA e Universidade do Estado da Bahia (UNEB) organizavam seus espaços para receber as centenas de mulheres rurais que vinham de diferentes pontos do estado, andando, em fila única, conforme a dinâmica adotada pelo MST. As edições I a VIII ocorreram entre os anos de 2000 a 2007 e foram sediadas no Campus de Ondina da UFBA, enquanto as edições IX e X, foram sediadas no Campus Cabula da UNEB nos anos de 2008 e 2009, respectivamente.

Ao chegarem, as mulheres se dirigiam para a grande tenda (Figura 3), espaço destinado para a acolhida e para as plenárias e depois se dirigiam para as tendas menores ou salas de aula, reservadas para as atividades da semana. Os aspectos recorrentes do cotidiano das mulheres rurais e os temas mobilizadores de interesse seriam discutidos durante a semana, em uma programação (Figura 4) construída de modo coletivo pelas coordenações do NEIM e do MST.

**Figura 3** – Tenda Grande, local de chegada e desenvolvimento de plenárias e outras atividades coletivas, Salvador-BA, 2006.



**Fonte:** Arquivo do NEIM, 2006.

**Figura 4** – Programação das Oficinas desenvolvidas durante os Acampamentos de Mulheres, Salvador-BA, 2008



Fonte: Arquivo do NEIM.

O Objetivo, construído para os primeiros anos do acampamento foi identificar os principais obstáculos que impedem ou limitam a participação política da mulher nos

movimentos, em prol dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, ou específicos à sua condição e posição social como mulher: O que nos impede de sermos iguais ou de lutar como iguais? O que precisamos saber ou aprender? O que precisamos mudar para sermos ainda mais fortes?

O planejamento dos acampamentos sempre foi realizado durante os meses de janeiro e fevereiro, quando se buscava identificar no âmbito da UFBA e da UNEB quais as parcerias que poderiam ser construídas para a melhor discussão dos seguintes temas:

- Violência contra das mulheres, com destaque para a violência doméstica;
- Saúde da Mulher, Direitos sexuais e reprodutivos;
- Direitos relacionados à Previdência Social, à Licença maternidade e a Titularidade dos lotes;
- O Trabalho e a participação da mulher nas estratégias de sobrevivência e na composição da renda familiar;
- Limites e dificuldades de vida no campo;
- Mulher e poder: o papel da Mulher na organização social (internamente e externamente).

Na construção destas pautas, o GEM - à época denominado Grupo de Estudos sobre Saúde da Mulher (GEM/EEUFBA), teve um importante protagonismo na discussão da saúde da mulher e dos direitos sexuais e reprodutivos (Figura 5). O Grupo já tinha uma larga experiência no trabalho com oficinas ou grupos de reflexão, tanto com estudantes de graduação como com profissionais de saúde e começou, a partir do primeiro acampamento, a trazer as reflexões sobre corpo, sexualidade e reprodução fundamentadas em uma perspectiva feminista, ou seja: desfazer a ideia da biologia como destino ou de que a maternidade seria o único caminho para as mulheres, porque nasceram com um sistema biológico que lhes permite a reprodução da espécie. A proposta era reconfigurar para as mulheres do MST que a gravidez, o parto, a amamentação e o puerpério não seriam o único destino.



**Figura 5** – Produtos das Oficinas desenvolvidas no II Acampamento de Mulheres, Salvador-BA, 2001.



**Fonte:** Arquivo do NEIM.

Os grupos de reflexão em torno desses temas (corpo, sexualidade e reprodução) traziam como síntese a constatação de que a subordinação e opressão de gênero se dava, em grande medida, através do controle do corpo das mulheres. Esse controle, feito pelos homens, ordenava, organizava muitas das práticas sociais do cotidiano. Discutia-se que o controle se dava também através da religião, pela ciência e de modo particular pela medicina. A associação das mulheres com a natureza trazia como consequência a naturalização da violência, da gravidez indesejada, de práticas sexuais abusivas, dentre outras formas de opressão. Ao mesmo tempo, para reconstruir novas perspectivas de desnaturalização desses processos, para o campo das relações sociais e da cultura, eram trazidas para o debate as relações desiguais entre mulheres e homens no cotidiano das casas, repensando o excesso de trabalho com a dupla e tripla jornadas de trabalho e como este fato repercutia no estado de saúde, no uso exagerado de medicamentos.

Os grupos de reflexão em saúde promoviam um ambiente seguro, respeitoso e acolhedor para que as mulheres pudessem estabelecer relações de confiança e falar sobre as suas vidas, constituindo-se em espaços de autonomia das mulheres. Não se restringiam, entretanto, a debater as histórias individuais e as queixas relacionadas ao atendimento dos profissionais nos serviços de saúde, mas articular e inserir as experiências de cada uma no contexto mais global, das relações de gênero. Dito de outro modo, cada história era o elo para se refletir sobre as relações sociais, utilizando-se como suporte metodológico a pedagogia de Paulo Freire, adaptando-se para um modo de fazer feminista, construindo, portanto, uma metodologia feminista para o trabalho com mulheres (Figura 6).

**Figura 6** – Reunião “Novas Relações de Gênero Já!”, durante o IX Acampamento de Mulheres, Salvador-BA, 2008



**Fonte:** Arquivo do NEIM.

A “linha da vida”, “a árvore” e “dramatização” foram técnicas muito utilizadas nos grupos. Como afirma Ana Paula Portella (2001, p. 90) “[...] a autonomia da esfera da sexualidade com relação à reprodução traz à cena o tema do prazer e da realização pessoal



como componentes centrais da vivência sexual, desfazendo a maternidade e o casamento como destino inexorável de toda e qualquer mulher”.

## **Novas Reflexões e Novos Caminhos Teóricos Percorridos Pelas Mulheres Rurais do MST**

Após o surgimento do pensamento feminista em seu meio, as mulheres Sem Terra encontram-se hoje discutindo e construindo coletivamente uma possível articulação de suas lutas, pautas e reivindicações com o Feminismo Camponês e Popular. De mulheres “do lar”, submissas e assujeitadas, que perdurou até a década de 1990, as mulheres foram construindo uma consciência feminista, em um processo lento que lhes permitiu compreender o feminismo como um Movimento político das mulheres, abrindo caminho para o reconhecimento e conquistas de direitos que lhes foram historicamente negados.

Essa construção, iniciada no final da década de 1990, no Estado da Bahia, com base na articulação do NEIM e da Coordenação Estadual do MST, vem sendo atualmente gestada sob o escopo da perspectiva teórica decolonial, perspectiva que permite às mulheres rurais um feminismo mais próximo de suas experiências e de sua realidade. Na busca por um feminismo capaz de melhor representá-las, as mulheres identificaram que o movimento feminista que conheciam não dava conta de representar a grande diversidade de mulheres latino-americanas, em que se incluíam, inserindo-se na perspectiva eurocêntrica e neocolonial em uso. Para elas, a universalização de valores da cultura hegemônica para a totalidade das mulheres é algo profundamente injusto, visto que não reconhece os processos de dominação, violência e exploração sofridos pelas mulheres que não pertencem a esse paradigma dominante.

Seguindo nessa busca, as mulheres perceberam a necessidade de compreender o processo histórico colonial e escravagista que fundou a nação brasileira, e estabelecer o cerne da desigualdade e da exclusão social que se deu através do massacre dos povos originários, da escravização dos povos africanos e da efetivação da estrutura fundiária, através da Lei de Terras de 1850 – pensada para excluir o povo preto, os povos originários e os trabalhadores rurais da terra. A percepção dessa formação neocolonial, multirracial e pluricultural permitiu compreender o viés eurocentrista, vigente em setores dos

feminismos brasileiros, fato que, sem dúvida, vem provocando o silenciamento de outras formas de opressão para além do sexismo.

Autores como Quijano (2005) mencionam que a suposta fragilidade e a incapacidade física e intelectual na realização de determinadas tarefas pelas mulheres, tanto rurais quanto urbanas, pode ser compreendida a partir da sua vinculação ao sistema patriarcal e eurocêntrico, instituído pelo colonialismo que impôs a hierarquização dos papéis sociais e criou a divisão sexual (e racial) do trabalho. Assim, o patriarcado colonial moderno e a colonialidade de gênero, derivam da formação híbrida entre colonialidade e patriarcado (LUGONES, 2014; SEGATO, 2012). No entendimento de Lugones (2014), a opressão pode ser compreendida como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico e plenamente caracterizado.

O caminho trilhado pelas mulheres no MST – desde o lugar da invisibilidade até o lugar do protagonismo, nos anos 2000 – foi fruto de um intenso processo coletivo de amadurecimento político e de afirmação identitária pautada em negociação, disputas e contradições internas. Com esse acúmulo político-organizativo, as mulheres avançaram em alguns pontos fundamentais: na compreensão das mazelas do sistema patriarcal e racista, como elementos estruturantes do capitalismo; na necessidade de construção de um Feminismo Camponês e Popular, visto como um movimento político em permanente luta contra os inimigos comuns e na luta em defesa da vida, dos bens da natureza, das sementes que são patrimônio dos povos e a serviço da humanidade, por direito igualitário de acesso à terra, por salários justos e igualitários e contra a exploração e todas as formas de violência. Essa dimensão feminista da luta pela terra, segundo orientação do próprio Movimento, deve ser assumida por mulheres e homens revolucionários. Dado a constatação de que a igualdade substantiva e plena nas relações de gênero, de raça e de classe não é possível de ser alcançada inteiramente nos marcos do capitalismo, as mulheres do MST (posição com a qual nos alinhamos) pontuam que o Socialismo e o Feminismo são parte do horizonte estratégico de transformação radical da sociedade.

O fato é que mesmo quando eram invisibilizadas – ante a impossibilidade de serem representadas por si mesmas – as mulheres rurais foram construindo um espaço politizado. Esse amadurecimento político se fez a partir da criação de novas articulações, estratégias e espaços de formação que ressignificaram suas práticas, discursos políticos e

o sentido da defesa da vida humana (movimentos sociais rurais de mulheres como o MMTR, o MMC e movimentos internacionais, a exemplo da via Campesina). Sem dúvida, foi a ação política das mulheres que lhes garantiu protagonismo e criou as condições que permitiram sair em defesa do debate do feminismo para o conjunto do Movimento, bem como a construção em curso de uma concepção de Feminismo Camponês e Popular. Sob essa concepção, ao lado da crítica ao sistema patriarcal, capitalista e racista, as mulheres apresentam um projeto feminista, que defende a descolonização do socialismo. Neste sentido, Paulilo (2022) conclui que:

O feminismo camponês retoma muitos pontos do feminismo marxista dos anos 1970. De forma sucinta esses pontos são: necessidade das mulheres ocuparem espaços antes vedados a elas por serem considerados masculinos; retomada dos conceitos de ‘classe’ e de ‘luta de classes’ como fundamentais; a visão do capitalismo como um ‘sistema’ de dominação, onde várias discriminações (sexo, gênero, raça, etnia...) se articulam; a necessidade de enfrentamentos com os poderes dominantes, e a necessidade de superação do capitalismo por uma forma socialista de produção (PAULILO, 2022, p. 8).

A Figura 7 retrata a importância da interação com outros movimentos, a exemplo da Via Campesina e da Marcha Mundial das Mulheres no sentido de avançar nas pautas feministas no interior do Movimento e para a formação e o empoderamento das mulheres do MST. De acordo com Araújo Ferreira dos Santos e Betto (2021), tal aproximação contribui para o fortalecimento da perspectiva feminista no MST e para a resignificação do que é ser camponesa para estas mulheres.

**Figura 7** - Bandeira do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região de Bonfim e Capim Grosso durante o V Acampamento de Mulheres, Salvador-BA, 2005.



**Fonte:** Arquivos GeografAR, 2005.

É, portanto, nessa conjuntura que o Feminismo Camponês e Popular tem sido elaborado continuamente com o objetivo de suprir as demandas reais das mulheres do campo, construindo uma nova sociabilidade que tenha por base novas relações de gênero e uma matriz produtiva baseada na agroecologia, na soberania alimentar, na alimentação saudável e na Reforma Agrária Popular.

### **Considerações Finais**

As reconhecidas dificuldades e debilidades resultantes dos aprendizados produzidos por ocasião dos Acampamentos não anulam e nem minimizam a importância da assimilação dos temas, conteúdos e possíveis correlações com as experiências vivenciadas pelas mulheres em suas vidas cotidianas. Entre outras questões, nesses espaços as mulheres refletiram e aprenderam que o pessoal é político, que o Estado se envolve com o público e o privado, e se fizeram indagações a respeito, como por exemplo:

Por que o que se passa no âmbito privado, entre o homem e a mulher é ignorado pelo Estado?

As mulheres rurais logo perceberam que a propalada sororidade era altamente questionável e que dificilmente ela poderia expressar interesses comuns, em uma sociedade tão diversa e dividida em classes sociais. Nesse caso, vale atentar que a sororidade não existe quando não expressa interesses comuns, e que nenhuma das condições de opressão são excludentes entre si. Os momentos de aprendizado nos Acampamentos Rurais tornaram evidentes para essas mulheres rurais que os sujeitos são diversos, diferentes: mulheres brancas, negras, indígenas, entre outras, e que, portanto, embora todos os feminismos englobem a luta contra o patriarcado, não é possível conceber um feminismo universal. Mas, além de reconhecer essa diferença, é preciso reivindicar a alteridade. E que é fundamental a luta pela representatividade dos sujeitos das pessoas socialmente marginalizadas, as pessoas sem acesso aos direitos da cidadania.

Essa questão, por sua vez, aponta para a ausência da autorização discursiva e indica a chave para os debates sobre o lugar de fala. Esse debate fez as mulheres refletirem sobre quem as representam, bem como a necessidade de situar os efeitos de verdade, de quem fala pelos outros e o direito de falar por si, protagonista de sua luta e movimento. As mulheres rurais identificaram a perspectiva de se auto representarem, excluindo a mediação.

Conhecer e pensar sobre esses conceitos contribuíram, por certo, para vislumbrar novas práticas e abrir caminho para os novos questionamentos que pairam no pensamento atual das mulheres rurais. Ainda que reconhecendo a importante contribuição dos estudos feministas e do conceito relacional de gênero, diversos estudos já vinham abordando as diversas opressões e indicando caminhos para reconceituações, deslocamentos e evoluções das teorias feministas.

Por último, cabe dizer que o NEIM considera que o Feminismo é um movimento em construção, um movimento que incorpora novas questões e novas abordagens, que absorve, discute e inclui. A disseminação de ideias e a ampliação do processo de conscientização e de luta e do movimento de mulheres tem marcado a atuação do NEIM no estado da Bahia, atuando agora em outras frentes de formação feminista.

Consoante com esse processo em construção, o NEIM entende que é necessário que as mulheres rurais se mantenham organizadas acumulando forças, inclusive, com

outros movimentos sociais do campo e da cidade para que possam reafirmar suas identidades, enquanto mulheres do campo e feministas. Dessa forma, cabe a criação de estratégias de auto-organização visando priorizar a formação da dimensão gênero, em diálogo com temas transversais e interseccionais como raça e sexualidade, por exemplo.

## REFERÊNCIAS

ARALDI, Etiane; PICCOLI, Luciano Ferreira; DIEHL, Rafael; TSCHIEDEL, Rosemarie Gartner. Oficinas, TIC e saúde mental: um roteiro comentado. In: PALOMBINI, Analice de Lima.; MARASCHIN, Cleci.; MOCHEN, Simone. **Tecnologias em Rede: Oficinas de Fazer Saúde Mental**. Porto Alegre: Sulina. 2012. 223p.

ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **A Pedagogia do Movimento Sem Terra e as Relações de Gênero: incidências, contradições e perspectivas em movimento**. 154p. 2011. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/8946>. Acesso em 10 out. 2023.

ARAÚJO FERREIRA DOS SANTOS, Iolanda; BETTO, Janáina. Movimentos sociais rurais e feminismos: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. **Caderno CRH**, [Internet], v. 34, p. e021007, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/42344>. Acesso em: 20 out. 2023.

COLETIVO NACIONAL DE GÊNERO DO MST. **Mulher Sem Terra**. São Paulo: MST, 2000.

COLETIVO NACIONAL DE MULHERES DO MST. **A questão da mulher e o MST**. São Paulo: MST, 1996.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. Re-significações do Feminismo e da Política em Práticas de Mulheres Assentadas. In: VALE, Alexandre Fleming C. & PAIVA, Antonio Cristian S. (Orgs.). **Estilísticas da Sexualidade**. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFC; Campinas: Pontes Editores, 2007, p. 95-113.

JORNAL SEM TERRA. **Sem a luta das mulheres, as conquistas ficam pela metade**. Nov. 1995.

KROEFF, Renata Fischer da Silveira; BAUM, Carlos; MARASCHIN, CLECI. Oficinas como estratégia metodológica de pesquisa-intervenção em processos envolvendo videogames. **Mnemosine**. 2016;26(1):32-43. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/viewFile/41671/28940>. Acesso em: 20 out. 2023.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n.3, set-dez/2014, p. 935-952. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>. Acesso em: 16 set. 20123.





MST. **Documento Básico do MST**. São Paulo: MST, 1993.

\_\_\_\_\_. **Normas gerais do MST**. São Paulo: MST, 1989.

\_\_\_\_\_. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Se a mulher participar a gente vai massificar!. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/01/22/se-a-mulher-participar-a-gente-vai-massificar/>. Acesso em: 10 out. 2023.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O conceito de classe social no feminismo camponês e popular. **Rev. Estud. Fem**, Florianópolis, v. 30, n. 2, e76934, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QSTvpYdnXcs7mQFqHPm5zYh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2023.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Rev. Estud. Fem.**, v.12, n.1, p. 229-252, jan.-abr./2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100012/8696>. Acesso em: 02 set. 2023.

PORTELLA, Ana Paula. Novas e velhas questões sobre corpo, sexualidade e reprodução. In: ÁVILA, Maria Betânia (org). **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife: SOS CORPO, 2001. 294 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1O6bp8GMdqIwIVMYAmhfl7VQe2Nbr9u1f/view?usp=sharing>. Acesso em: 15 set. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, set. 2005.

SABIA, Claudia Pereira de Pádua; BRABO, Tânia Sueli Antonelli Marcelino. Relações de gênero no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST: perspectivas a partir da concepção pedagógica do movimento. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v 14, n. esp. 2, p. 1601-1612, jul., 2019. E-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://10.21723/riaee.v14iesp.2.12648>. Acesso em: 15 set. 2023.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; COSTA, Ana Alice Alcântara. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro, BINGEMER, Maria Clara Lucchetti (Org.). **Mulher e relações de gênero**. Rio de Janeiro: Loyola, 1994.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-Cadernos Ces** [online]. Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical. 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 19 out. 2023.